1 – ABERTURA

1.1 BREVE HISTÓRICO DO SETOR PESQUEIRO

A pesca é seguramente uma das mais antigas atividades econômicas do Brasil. Os pescadores brasileiros foram dos primeiros a se organizar e lutar por melhores condições de trabalho e por representatividade.

Em 1815 acontece em Recife a **Revolta dos Pescadores** contra a cobrança de “foros” pelos donos de mangues e viveiros de pesca.

Em 1818 D. João VI cria, em Santa Catarina, a 1ª Colônia de Pescadores.

Em 1941 parte de Fortaleza, a Jangada São Pedro, com destino ao Rio de Janeiro, levando os pescadores Manoel Olímpio Meira, o Jacaré, Raimundo Correia Lima, o Tatá, e Manoel Pereira da Silva, o Preto, os quais foram recebidos pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas, quando foi feita a denúncia formal sobre o abandono dos pescadores pelo Governo Federal.

Em 1962 a Lei Delegada nº 10 cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE.

Em 1972 outra Jangada parte de Fortaleza até São Paulo, para reivindicar a aposentadoria dos pescadores profissionais.

Em 1989 é extinta a SUDEPE e a gestão da pesca passa a ser de responsabilidade do IBAMA.

Em 1991, criado o Seguro Desemprego ao Pescador Profissional Artesanal, durante os períodos de DEFESO.

Em 1998 a produção aquícola brasileira, notadamente a criação de camarão marinho começa a aparecer como grande potencial de desenvolvimento da atividade.

Em 2003 é criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca vinculada à Presidência da República com responsabilidade pelo fomento e o desenvolvimento da pesca no Brasil, com a participação do MMA e IBAMA

Em 2009 o Presidente Lula cria, com ampla aprovação do Congresso Nacional, o Ministério da Pesca e Aquicultura. Nesse mesmo ano é publicada a nova Lei da Pesca (Lei 11.959).

1.2 O MPA E SUAS ATRIBUIÇÕES

A gestão da pesca brasileira foi, ao longo do tempo, de responsabilidade de vários organismos, com destaque para a MARINHA, SUDEPE, IBAMA, MAPA, SEAP/PR e, atualmente, MPA.

Em junho de 2009, por meio da Lei 11.958, foi criado o Ministério da Pesca e Aquicultura com a missão de definir a política nacional pesqueira e aquícola, abrangendo:

- produção
- transporte
- beneficiamento
- transformação
- comercialização
- abastecimento
- armazenagem

Vale lembrar que no que se refere à normatização da atividade pesqueira e aquícola foi definido o sistema de gestão compartilhada entre os Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente

2 – PRINCIPAIS AÇÕES DO MPA

2.1 COMITÊS PERMANENTES DE GESTÃO

Através da criação dos CPGs, **governo e sociedade** passarão a definir diretamente a gestão dos recursos pesqueiros do país. **Ao todo serão criados 21 CPGs como se pode ver no gráfico.** Eles serão formados por representantes que integram o Conselho Nacional de Pesca (CONAPE), entidade criada a partir das Conferências Nacionais da Pesca e que reúne os agentes governamentais que possuem relação com a atividade pesqueira e aquícola, bem como o setor produtivo.

2.2 TERMINAIS PESQUEIROS PÚBLICOS

O MPA possui 20 TPPs em todo o país.

São estruturas físicas construídas e aparelhadas para atender às necessidades das atividades de movimentação e armazenagem de pescado e de mercadorias relacionadas à pesca, podendo ser dotado de estruturas de entreposto de comercialização de pescado, de unidades de beneficiamento de pescado e de apoio à navegação de embarcações pesqueiras.

Atualmente, há cinco Terminais Pesqueiros Públicos em operação:

- Santos e Cananéia, em São Paulo;
- Laguna, em Santa Catarina;
- Vitória, no Espírito Santo.
- Camocim, no Ceará

Os demais terminais pesqueiros se encontram na seguinte situação:

a) Fase de pré-operação (2 TPP): Cabedelo (PB); Niterói (RJ)

b) Fase de construção/aparelhamento (8 TPPs): Manaus (AM), Santana (AP), Belém (PA), Beberibe (CE), Jacundá (PA), Salvador (BA), Ilhéus (BA) e Natal/ (RN);

c) Fase de projeto/licenciamento (3 TPPs): Porto Velho (RO), Bragança (PA), Aracaju (SE);

d) Fase de definição de área (2 TPPs): Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ).

2.3 FÁBRICAS DE GELO

Tem como objetivo estabelecer uma política nacional e permanente de qualificação da cadeia produtiva do pescado, com fabricação e distribuição de gelo, tendo em vista a melhora das condições de conservação do pescado, a redução de custos e aumento da renda dos pescadores artesanais e a oferta de pescado de melhor qualidade e com preço mais acessível aos consumidores.

Adquiridas	165
Entregues	130
A serem instaladas	35
Número de municípios contemplados	161
Capacidade nominal produção (FG adquiridas)	489 toneladas / dia

2.4 CIPAR

Atualmente existem 15 CIPARs em diferentes estágios de implantação.

O Programa dos Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR), do MPA, busca apoiar as colônias, associações e comunidades de pescadores, em municípios e mesmo em regiões, a estruturarem as suas cadeias produtivas, com o objetivo de agregar valor e gerar trabalho e renda.

Ao todo, estima-se que esse projeto beneficie cerca de **42.000 trabalhadores** da atividade pesqueira artesanal em **48 comunidades** de **10 estados**.

2.5 UNIDADES DE BENEFICIAMENTO DE PESCADO

As UBPs são um conjunto integrado e regionalizado de infraestruturas de pequeno e médio porte para desenvolvimento das cadeias produtivas da pesca e aquicultura, com agregação de valor e qualidade ao pescado.

Situação de implantação das UBPs	
Quantidade total	35
Obras civis concluídas	5
Em obras / aparelhamento / licenciamento	27
Número de municípios contemplados	35

2.6 SUBVENÇÃO AO ÓLEO DIESEL

O MPA possui o Programa da Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Adquirido para o Abastecimento de Embarcações Pesqueiras Nacionais, fruto de uma parceria entre o Governo Federal e os Governos Estaduais. O principal objetivo do programa é promover a equalização do preço do óleo diesel marítimo nacional ao preço do óleo diesel marítimo internacional, possibilitando assim o aumento da competitividade do pescado brasileiro no mercado internacional e o aumento da rentabilidade daqueles trabalhadores envolvidos na atividade pesqueira.

2.7 RENOVAÇÃO DA FROTA E CRÉDITO

A situação das frotas pesqueiras artesanais no Brasil é bastante precária. Grande parte das embarcações opera com motores inadequados ou com tecnologia defasada, o que gera maior consumo de combustível e maiores custos operacionais. Esta situação compromete também a segurança dos

trabalhadores a bordo e as condições de conservação do pescado. Ao longo do processo, ocorrem perdas estimadas em 20% do pescado capturado, principalmente por falta de gelo e condições sanitárias adequadas.

Frente a este cenário, em 2009 houve a inclusão dos pescadores profissionais artesanais e aquicultores familiares na linha de crédito “PRONAF Mais Alimentos”, do Governo Federal, para a obtenção de recursos de forma subsidiada, como ocorre na agropecuária. Os créditos são concedidos através do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia.

O acesso aos recursos é realizado por meio do Programa **REVITALIZA**, lançado pelo MPA, que tem por objetivo promover a modernização de embarcações de pequeno porte da frota pesqueira artesanal.

Além do REVITALIZA existe o **PROFROTA PESQUEIRA** que é o Programa Nacional de Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional e visa a financiar a recuperação de nossa frota industrial.

Temos ainda o **PLANO SAFRA DAS ÁGUAS** que surge para melhorar as condições de trabalho dos pescadores brasileiros através de linhas de financiamento para o desenvolvimento da pesca e aquicultura nacional atendendo demandas de investimento, custeio, comercialização e infraestrutura produtiva.

Mais recentemente começamos a trabalhar em **NOVAS OPÇÔES DE CRÉDITO** para a pesca e a aqüicultura. Uma conquista para toda a cadeia produtiva do setor pesqueiro e aquícola foi a parceria do ministério com o **BNDES**, realizada ainda em 2011, que promete abrir o caminho para o País se transformar em um grande produtor de pescados em nível mundial. A produção em cativeiro de peixes (piscicultura), mariscos (mitilicultura), algas (algicultura) ou camarões (carcinicultura), bem como a implantação de unidades de beneficiamento, são alguns dos investimentos que já estão recebendo maior atenção do banco.

O MPA estabeleceu ainda parcerias com o **BANCO DO BRASIL** e a **FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL** para o financiamento da infraestrutura da pesca artesanal e, sobretudo, da aquicultura familiar.

Finalmente temos o **FUNDO AMAZÔNICO** que pode vir a financiar projetos sustentáveis de aquicultura como forma oferecer alternativa de renda a produtores rurais evitando a ocorrência de desmatamento.

2.8 PARQUES AQUÍCOLAS

Os Parques Aquícolas consistem na definição de áreas propícias para o desenvolvimento da aquicultura em águas da União, demarcadas após estudos detalhados de variáveis ambientais e sócio-econômicas. As áreas definidas são licitadas para produção respeitando-se a proporção média de 80% para pequenos produtores (não onerosa) e 20% para grandes produtores (onerosa).

A criação dos Parques Aquícolas pode ser considerada, em termos da produção de pescado, o grande diferencial brasileiro no mundo, representando um potencial que não encontra paralelo em nenhum outro país.

E o mais importante é que isso já é uma realidade no Brasil graças ao trabalho desenvolvido pelo Governo Federal através do MPA. A aqüicultura brasileira, como veremos mais à frente, vem crescendo significativamente nos últimos anos e não há dúvida de que isso se deve, em grande parte, o surgimento dos Parques Aquícolas

O litoral de nove estados brasileiros foi e continua sendo estudado para a demarcação de parques aquícolas. Em novembro, Santa Catarina ganhou o primeiro parque aquícola marinho a receber licença para operação e já se encontra em produção. Até 2011 seis reservatórios em seis estados tiveram parques demarcados.

Em 2012 o MPA finaliza os estudos de mais 30 reservatórios em diversos novos estados, o que possibilitará um aumento de produção da ordem de aproximadamente mais de 500 mil toneladas / ano até 2015 e a inclusão de cerca de 100 mil famílias no processo produtivo.

2.9 PESQUISA

Todos nós nos orgulhamos do trabalho desenvolvido pela EMBRAPA. Certamente a agricultura brasileira não teria experimentado o crescimento fantástico das últimas décadas se não fosse o investimento em pesquisa e tecnologia.

Temos a convicção que o mesmo pode acontecer com a pesca e a aqüicultura. Por isso o MPA apoiou a criação do centro nacional da **“Embrapa Pesca e Aquicultura”** em (Palmas – TO).

2.10 ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Ao todo **70 mil famílias** foram atendidas com ações do MPA em Assistência Técnica, Extensão Pesqueira e Aquícola e Capacitação (2003-2010). Sabemos que nos estados os produtores rurais recebem esse tipo de assistência da EMATER e estamos buscando suprir a falta de um serviço similar para a pesca e a aquicultura.

Atualmente existem **49 convênios em execução** para Assistência Técnica e Capacitação.

No total de **36 mil famílias de pescadores artesanais e pequenos aquicultores sendo atendidos** pelos convênios de assistência técnica e capacitação atualmente em vigência.

2.11 REGISTRO GERAL DA PESCA

O Registro Geral da Pesca - RGP foi instituído pelo Decreto-lei 221, de 1967 e ratificado pela Lei da Pesca com nova estrutura e a denominação mais abrangente de Registro Geral da Atividade Pesqueira.

Com essa nova estrutura o RGP contempla o cadastramento de todos os agentes da cadeia produtiva da pesca e da aqüicultura, tais como : pescadores profissionais, armadores de pesca e aquicultores, entre outros.

O RGP é o instrumento de credenciamento do agente produtivo para o pleno exercício de sua atividade, além de se constituir num banco de dados capaz de subsidiar a adoção de políticas públicas para o setor.

2.12 FISCALIZAÇÃO

O MPA adquiriu 28 lanchas patrulha com objetivo de realizar a fiscalização da atividade pesqueira em todo o país. Essas lanchas estão sendo operadas por entes públicos da União e dos estados que também possuem competência para fiscalizar os recursos e a atividade pesqueira em conjunto com o MPA.

As lanchas estão assim distribuídas:

11 – Marinha do Brasil

8 – Polícias Militares (SC, GO, MA, AL, PR, ES e MS)

3 – Polícia Federal (SC, SE e PE)

2 – Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro

2 – ICM-Bio (BA e PE)

1- Ibama (Bahia)

1- Secretaria de Desenvolvimento Agrário no estado do Ceará

Outro instrumento importante de fiscalização é o Programa de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite, o **PREPS** , realizado em parceria do MPA com a Marinha e o MMA.

Atualmente o **PREPS** monitora através de GPS a atividade de 1.500 embarcações pesqueiras de grande porte. Tem como objetivo salva-guarda da vida humana no mar, acompanhamento em tempo real das atividades das embarcações, avaliação das medidas de gestão e ordenamento e apoio à fiscalização.

3 – PERSPECTIVAS

Nos últimos anos, o Brasil tem avançado em diversas frentes relacionadas ao planejamento, ordenamento e aproveitamento de seu extraordinário potencial para a produção aquícola e pesqueira. Quando o presidente Lula criou a SEAP e depois o MPA o pensamento central era o desenvolvimento do negócio pescado para garantir emprego e renda para uma grande parcela de nossa população. Hoje há uma grande quantidade de brasileiros e brasileiras que vivem direta ou indiretamente da pesca. Essas pessoas, no entanto, têm visto os recursos pesqueiros obtidos através do extrativismo diminuírem ano após ano. Isso se dá principalmente porque o Brasil está situado em uma área de baixa concentração de nutrientes no oceano, como pode ser visto nesse mapeamento feito pela NASA, a Agência Espacial Norte Americana. Pela imagem podemos ver a baixa concentração de nutrientes em nossa costa. Se compararmos com as concentrações encontradas no Peru, por exemplo, podemos explicar porque esse país tem uma produção de peixes maior que a do Brasil mesmo possuindo uma costa muito menor.

Nesta outra ilustração elaborada pela FAO ficam claras as consequências dessa falta de nutrientes em nosso mar: o Brasil tem uma grande costa, com uma grande diversidade de espécies, mas os cardumes são limitados o que no fim das contas limita também a nossa captura.

É claro que podemos aumentar a produção pesqueira. Como é possível ver nesse outro mapa, temos uma posição privilegiada em relação às grandes rotas de migração do atum.

São diversas as espécies pelágicas que passam todos os anos pelas águas brasileiras. No entanto, capturamos apenas 3% da cota estabelecida para o

Brasil pelos órgãos regulares da pesca do atum. Para que seja possível aumentar esse percentual precisamos antes melhorar nossa frota, profissionalizar nossas tripulações e equipar nossas embarcações de forma adequada.

No entanto, o crescimento da pesca extrativista apresenta limites claros e isso não ocorre apenas no Brasil. Como podemos ver nesse gráfico, 75% dos recursos pesqueiros mundiais encontram-se em situação de esgotamento.

É por isso que tenho a convicção de que a saída para que o Brasil passe a ser um grande produtor de pescado está na aqüicultura. Vejam nesse gráfico que o cultivo de peixes já representa 33 % de todo o pescado produzido no país e encontra-se em movimento ascendente. Hoje a aqüicultura contribui com 415.649 toneladas do total de 1.240.813 toneladas produzidas pelo Brasil. E a tendência é de que esses números aumentem nos próximos anos.

Na comparação com outras proteínas de origem animal, o pescado proveniente da aqüicultura brasileira apresenta crescimento bem maior que a média de acordo com dados do IBGE. São 43% de crescimento de 2007 a 2009 contra 12,9% das aves, 9,2% dos suínos e uma diminuição de 8,6% dos bovinos.

E o caminho para acelerar esse crescimento está aberto. Temos um mercado interno consumidor bastante promissor. O gráfico mostra que, apesar de termos aumentado o consumo de pescado nos últimos anos ainda temos muito que crescer. Consumimos menos do que recomenda a FAO.

Para isso é preciso investir fortemente no desenvolvimento da nossa aquicultura. O Brasil é o país com maior potencial para o desenvolvimento da aquicultura sustentável no mundo. Sua potencialidade se justifica face ao imenso espelho d’água, com potencial produtivo, distribuído em corpos hídricos continentais (5,5 milhões hectares) e mar territorial (18,7 milhões de hectares). O Brasil tem vocação para a aqüicultura. Temos possibilidades reais de produzir diferentes espécies em

praticamente todo o nosso território. Seja a tilápia, que se adapta a praticamente qualquer clima, até o camarão marinho no nordeste, a truta e os moluscos no sul-sudeste, as carpas no sul, o pirarucu e o tambaqui no norte e o surubim e o pacu no centro-oeste.

Nós estamos, de fato, diante de um enorme potencial de riqueza para todo o país. É uma janela de oportunidade que temos a obrigação de aproveitar. Além do enorme potencial de nosso mercado interno, as previsões da FAO mostram que até 2030, a demanda internacional de pescado aumentará em mais 100 milhões de toneladas por ano. Nesse contexto, o Brasil, com a tecnologia atual e utilizando as condições existentes para o desenvolvimento da aquicultura de forma ordenada e sustentável, é considerado o principal país com condições de atender esta crescente demanda de pescado.

O Brasil, **por enquanto**, ainda possui déficit em sua balança comercial no item pescado. Gastamos mais de 1 bilhão de dólares com a importação de pescado em 2010 e exportamos apenas 263 milhões de dólares, o que nos deixou com um saldo negativo de quase 750 milhões de dólares

A China, maior produtor de pescado do mundo, já aparece também entre os maiores exportadores de peixe para o Brasil com um crescimento impressionante nos últimos anos. No entanto, o Brasil pode fazer frente a essa situação. Pode atender à demanda de seu mercado interno e competir internacionalmente por outros mercados. Mas queremos fazer isso de forma sustentável. **Por isso a importância da atuação do Ministério da Pesca e Aquicultura no planejamento, ordenamento e monitoramento da atividade.**

Observem essas imagens. Na foto maior temos a produção em uma localidade chinesa. À direita, no alto, uma estação de produção da Noruega, e abaixo um exemplo da produção no lago de Itaipu. A China, como já dissemos, é o maior produtor de pescado do mundo, e grande parte do peixe que os chineses produzem vem da aqüicultura. O Brasil pode atingir os níveis chineses de produção utilizando apenas 1% do espelho d’água de seus 216 reservatórios e podemos fazer isso de forma ordenada, sem agredir ao meio ambiente e garantindo condições dignas de trabalho para nossos pescadores e a qualidade do nosso produto.

Para finalizar, vou mostrar aos senhores a capa da revista **TIME** que circulou no dia 18 de julho de 2011. No fim de uma reportagem de seis páginas que faz uma radiografia completa das perspectivas da produção de pescado no mundo, os jornalistas escrevem o seguinte:

“Se quisermos continuar sobrevivendo em um mundo cada vez mais populoso precisaremos cultivar os mares e as águas da mesma forma como cultivamos a terra. E se fizermos isso bem, a aquicultura pode ser mais um passo no sentido de salvar a espécie humana”

Eu tenho a mais completa convicção de que o Governo Federal, através do Ministério da Pesca e Aquicultura, com o apoio do Congresso Nacional, tem todas as condições de conduzir o país a explorar essa nova fronteira da produção de alimentos no mundo e com isso trazer ainda mais empregos, renda e proteína de qualidade para a mesa dos brasileiros.

Muito obrigado.